

RESENHA ELEITORAL

CHAMADA DE TRABALHOS

Número Especial

Crise de Representatividade e Reformas Eleitorais: Novos Olhares, Novas Perspectivas para a Democracia Brasileira.

1. A **Revista Resenha Eleitoral** é uma revista periódica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com publicações desde o ano de 1949, que tem por missão democratizar a divulgação do conhecimento científico na área eleitoral, por meio da publicação de trabalhos inéditos que promovam a transformação baseada na convergência entre teoria e prática.

2. A Resenha Eleitoral, implementou todos os requisitos exigidos pela CAPES, obtendo elevação do seu estrato (B5), figurando com a maior classificação de periódico científico especializado em Direito Eleitoral do país (**Qualis, Área Direito**).

3. Os artigos devem ser inéditos, ter entre 15 e 20 páginas e podem ser elaborados em coautoria (incluindo, preferencialmente, doutores ou doutorandos), devendo ser submetidos no sistema eletrônico até o dia **30.06.2021**. Em caso de aprovação, serão publicados no **vol. 25, n. 2**, com lançamento previsto para **setembro de 2021**.

4. As informações acerca da revista, os critérios editoriais e o sistema para submissão de artigos estão disponíveis em seu sítio eletrônico: <https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/resenha-eleitoral/portal-resenha>.

5. Esta chamada é fruto de uma parceria institucional entre a Revista Resenha Eleitoral e a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral diretamente relacionada à difusão dos estudos científicos levados a efeito no âmbito da Segunda Fase do Projeto de Sistematização das Normas Eleitorais – SNE (instituída pela Portaria TSE n. 609, de 21 de agosto de 2020).

6. O número especial “CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E REFORMAS ELEITORAIS: NOVOS OLHARES, NOVAS PERSPECTIVAS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA” será publicado em uma sessão específica da referida edição e os artigos propostos devem ser aprovados pelo sistema de *double blind peer review*.

7. O referido número especial pretende reunir artigos científicos que apresentem, ao abordarem a necessidade de sistematização das normas eleitorais, reflexões atuais do campo das políticas públicas e dos diferentes projetos de reforma política, com base na transversalidade e interseccionalidade em gênero, raça, classe e outros marcadores sociais, que auxiliem a compreender sob diferentes perspectivas o déficit de legitimidade do processo eleitoral verificados em diferentes ciclos eleitorais.

8. Sem excluir outras abordagens possíveis, os artigos a serem submetidos serão tratados no âmbito dos seguintes Grupos Temáticos:

- [a] Direitos políticos, alistamento eleitoral e legitimidade do processo eleitoral;
- [b] Justiça Eleitoral brasileira: reflexões sobre as funções institucionais em perspectiva comparada;
- [c] Propaganda eleitoral: novas tecnologias e a necessidade de revisão do sistema de restrições legais à propaganda eleitoral;
- [d] Financiamento de campanhas eleitorais e ampliação dos mecanismos de participação popular, limites e possibilidades;
- [e] Contencioso eleitoral e sistema de inelegibilidades, aspectos sociais e políticos;
- [f] Processo penal eleitoral: enfrentamento de novas formas de criminalidade organizada;
- [g] Aumento de mecanismos de participação e de inclusão de minorias nos processos democráticos; e
- [h] Partidos políticos: crise de legitimidade, regras de democratização e *compliance*.

Cordiais saudações.

Florianópolis/SC e Brasília/DF, 11 de março de 2021.

Min. Luiz Edson Fachin
Editor Convidado

Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto
Editor Convidado

Profa. Dra. Renísia Cristina Garcia Filice
Editora Convidada

Prof. Dr. Luiz Magno Pinto Bastos Junior
Editor-Chefe